

Maria João Neves

Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical (CESEM) da Universidade Nova de Lisboa (UNL)
 filosofiamjn@gmail.com

O «Logos» Musical da Democracia The Musical “Logos” of Democracy

Resumo

Recepción: 21 de agosto de 2018
 Aceptación: 5 de noviembre de 2018

Aurora n.º 20, 2019, págs. 62-70

No seu livro *Persona y democracia*, María Zambrano concentra-se numa perceção colectiva do tempo. Considera que o *lugar natural* do homem não é nem a natureza nem a solidão, mas sim algo intermédio: a sociedade. É o tempo da convivência social que mais lhe importa agora, por considerá-lo o fundamento do tempo histórico. Para a ele aceder, a filósofa socorre-se de parâmetros e metáforas musicais que empregará com perícia ao longo da sua análise. Este artigo pretende não só evidenciar estas ferramentas musicais, mas demonstrar como o *logos* musical é o modo percetivo mais adequado para aceder ao conceito zambraniano de democracia.

Palavras-chave

Pessoa, democracia, *logos* musical, harmonia, ritmo.

Abstract

In her book *Persona y democracia*, María Zambrano focuses on a collective perception of time. She considers that the *natural place* of the human is neither nature nor solitude but something intermediate: society. It is the time of social coexistence that matters most to her here, considering it the foundation of historical time. In order to gain access to it, the philosopher relies on musical parameters and metaphors that she skilfully employs in her analyses. This article intends not only to highlight these musical tools but to demonstrate how the musical *logos* is the most suitable way to access the zambranian concept of democracy.

Keywords

Person, democracy, musical-*logos*, harmony, rhythm.

María Zambrano distingue duas formas opostas de *logos*: um *logos* musical de origem heraclítico-pitagórica e um *logos* semântico de origem parmenidico-aristotélica¹. No Ocidente, o *logos* semântico prevaleceu. A principal diferença entre estas duas formas de *logos* reside no facto de o *logos* semântico privilegiar o espaço e enfatizar a visão, enquanto que o *logos* musical é temporal, colocando a tónica na audição. De acordo com o *logos* semântico, as ideias são formas que compõem a realidade, constituem as coisas em si mesmas. Cada visionamento corresponde à identidade, à essência de cada coisa que permanece inalterada apesar de todas as modificações aparentes do mundo fenomenal. O conhecimento tem como objetivo alcançar a

ideia das coisas que são essenciais e permanentes. Em oposição, o *logos* musical argumenta que os fenómenos não são realmente substanciais. O que comumente consideramos uma coisa refere-se apenas ao momento em que uma sincronização de movimentos diferentes assume temporariamente a configuração daquilo a que chamamos *coisa*, cuja existência é sempre precária.

Segundo Burrows, a experiência do som, devido à sua natureza extremamente transitória, requer uma relação de abertura e empatia raramente verificada na experiência visual. Ver e ouvir são sentidos notavelmente diferentes, e cada um deles coloca-nos no mundo de forma radicalmente diversa. De um ponto de vista fenomenológico, há um grande contraste entre as sensações visuais e auditivas. É muito diferente ver um sino ou ouvi-lo tocar. Em contraste com a constância da sua visão, o toque do sino é experimentado como uma série de sons seguidos de uma trémula dissipação. É um processo de mudança contínua e de renovação. A experiência visual dá uma sensação de solidez, clareza e objetividade, características ausentes na experiência auditiva. A visão é uma experiência de separação e de dualidade², ouvir é uma experiência de conexão e de unidade.

Ambos, Zambrano e Burrows, chamam a atenção para o facto de as metáforas epistemológicas mais comuns serem visuais. A experiência visual é fundamentalmente experimentada sem ambiguidade: é clara, ordenada e previsível. Pelo contrário, a experiência do som é fundamentalmente equívoca, polivalente e incerta. Diz-se *ver para crer*. Ouvir é, muitas vezes, uma questão de suposição e de esperança. Talvez por este motivo, as pessoas se refiram à luz e não ao som da razão³.

Grosso modo, poderíamos dizer que as artes também secundam esta dicotomia⁴, temos as artes visuais, notoriamente artes do espaço, e a música que é, por excelência, uma arte do tempo. María Zambrano é, sem dúvida, uma exímia pensadora das formas-tempo. A sua fenomenologia do sonho é disso um bom exemplo. Porém, se em *Sueño creador* ou em *Los sueños y el tiempo*, a filósofa se dedicou à percepção individualizada do tempo, em *Persona y democracia*, Zambrano concentra-se numa percepção coletiva do tempo.

Considera a filósofa que o *lugar natural* do homem não é nem a natureza nem a solidão, mas sim algo que encontramos entre elas: a sociedade⁵. Na sociedade, o tempo privilegiado é o da convivência. Damos por adquirido que a convivência é uma convivência entre indivíduos. Porém, nem sempre foi assim. Recorda-nos a filósofa que o tempo da solidão, aquele que corresponde ao homem que *se sente e se sabe indivíduo*⁶, não existiu sempre. Começou por ser um privilégio das classes que usufruíam de um certo ócio na Grécia Antiga. Desde então, a sociedade ocidental progrediu rumo ao individualismo e, hoje em dia, o tempo de solidão está totalmente conquistado. Segundo Zambrano, o indivíduo surge na sociedade

1. Cf., Zambrano, M., *El hombre y lo divino*, Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1993, pp. 86, 87.

2. “We could trace this dualism back to the view of Heraclitus that reality depends on the interplay of opposites, if we accept that going and stabilizing are opposites. The world consists of the evolving shapes of accommodation reached between going and stabilizing, fixity and flow.” Burrows, D., *Time and the warm Body*, Boston, Brill, p. viii.

3. Burrows, D., *Sound, Speech and Music*, The University of Massachusetts Press, 1990, p. 20.

4. No entanto, existem artistas que desafiaram o meio natural da sua arte. A título de exemplo, Yin Zhaoyang apresentou na ARCO 2007 a obra *The Twilight of a Man*, onde esculturas de terra de forma humana eram percorridas por tubos de água. Com o passar do tempo, a terra ia transformando-se em barro e a figura humana desfigurando-se, desfazendo-se. Colocou em evidência nesta escultura —arte do espaço— a passagem do tempo. Já Edgar Varese compõe em 1958 a obra *Poème Electronique*, que evidencia o espaço na música —arte considerada do tempo—.

5. Juan Fernando Ortega Muñoz considera que a comunidade é algo ontológico e constitutivo do ser humano: “La comunidad, por lo tanto, hace referencia a algo ontológico y constitutivo del ser humano, que la necesita para ser todo aquello a lo que se siente llamado por la voz de su naturaleza racional. Y por ello que negarse a la participación política es de alguna manera negarnos a nosotros mismos como personas”. Ortega Muñoz, J. F., “Persona y sociedad” en *Contrastes. Revista Interdisciplinaria de Filosofía*, vol. V (2000) Universidad de Málaga, Facultad de Filosofía y Letras, p. 145.

6. Zambrano, M., *Persona y democracia*, Barcelona, Anthropos, 1988, p. 20.

7. *Ibid.*, p. 103.

8. Cf., *Persona y democracia*, ed. cit., p. 19.

9. *Ibid.*, pp. 19, 20.

10. *Ibid.*, p. 22.

grega pela primeira vez quando aparece a classe dos cidadãos. Viver sob uma determinada condição significa que se vive mascarado, sob uma roupagem ou um papel, desempenhando uma personagem. Tem-se tal profissão, é-se o filho de tal, pertence-se a tal classe, etc. Uma sociedade de indivíduos admite a realidade do homem como um valor, independentemente das demais categorias que inclua. Mas o indivíduo não é ainda pessoa. É Sócrates quem começa a cuidar esta dimensão do humano ao estabelecer como preocupação essencial o autoconhecimento:

La persona es algo más que el individuo; es el individuo dotado de conciencia, que se sabe a sí mismo y que se entiende a sí mismo (...).⁷

Esta é a “perigosa novidade” socrática. A prescrição de se conhecer a si próprio inclui o aparecimento da consciência individual, a consciência de que nascer humano é um valor, independentemente de se pertencer a uma certa classe social, de se exercer determinada função, etc. A consciência de si mesmo inaugura também um novo modo da forma-tempo: o tempo da solidão.

Das múltiplas possibilidades de convívio —pessoal, familiar ou social— é o tempo da convivência social que mais lhe importa em *Persona y democracia*, por considerá-lo o fundamento do tempo histórico⁸. As formas ditas mais *primitivas* de civilização já tinham o chamado tempo de convivência social, mas não o tempo da solidão:

[...] el hombre en estas formas primarias de civilización no tenía tiempo propio, no gozaba el individuo de un tiempo suyo; no existía, pues, eso que hemos llamado ‘tiempo de la soledad’.⁹

Atualmente não sentimos o tempo da solidão como uma conquista. Nasce numa época em que ele é dado como um direito. No entanto, este é um tempo de que, inicialmente, apenas os privilegiados —as classes que gozavam de um certo ócio— podiam desfrutar. É por este motivo que a Grécia aristocrática é considerada o berço da filosofia; somente nela surgiu o espaço de solidão homem-indivíduo favorável ao desenvolvimento do conhecimento desinteressado a que Aristóteles se refere. Desde então, a cultura ocidental progrediu no sentido de um individualismo cada vez mais acentuado. Esse aumento do individualismo requer um aumento proporcional da responsabilidade, uma vez que a solidão cria as condições para pensar e agir com consciência. Isto é comum tanto para o povo quanto para seus líderes: a possibilidade de pensar, de falar e duvidar em voz alta, i. e., publicamente. Esta esfera pública é precisamente a que inspira temor aos que possuem tendências despóticas ou tirânicas:

De ahí que todos los déspotas teman el pensamiento y la libertad, porque el reconocer esa instancia les obliga a confesarse no a solas, sino en voz alta, lo cual significa ser persona, actuar como persona [...].¹⁰

Ser pessoa implica necessariamente um tempo de solidão que permita o autoconhecimento. Isso significa que a pessoa não se conhece e, de facto, assim é. A pessoa não é conhecida porque não está dada de uma vez e para sempre; o ser humano é um ser indeterminado e aberto, em contínua formação. É por isso que Zambrano nos diz que a ação mais humana entre todas é *abrir caminho*¹¹, isto é, ter um horizonte e uma meta rumo à qual caminhar. Só depois de ter indicado um objetivo, um alvo, é que surgem as pequenas tarefas que cobram sentido em relação a esse propósito final. A ética consiste então numa dupla fidelidade: ao absoluto, fora do tempo; e à relatividade, o discorrer do tempo. Parece contraditório, mas não é. A pessoa humana é caracterizada por querer algo absolutamente —a meta distante que há pouco referimos—, mas caminha em direção a ela através de todas as pequenas e finitas coisas, a contingência que o estar no tempo implica. Precisamente, o regime democrático é, de acordo com a filósofa, o meio propício ao desenvolvimento da pessoa:

Si hubiera de definir la democracia, podría hacerse diciendo que es la sociedad en la cual no sólo es permitido, sino exigido, el ser persona.¹²

Exigir é uma palavra muito forte, quase opressiva. Contudo, essa exigência em Zambrano significa a necessidade de liberdade. Não é possível que o ser humano se desresponsabilize de si próprio esquecendo que o seu ser lhe é dado em modo de semente prestes a nascer e que urge frutificar. Este desenvolvimento depende de si próprio. É uma exigência ética cuidar de si. O objeto da filosofia zambraniana é o ser do homem. Ao ser necessário desvendá-lo, temos que nos esforçar para o conhecer, criando as condições para o seu desenvolvimento. A identidade do humano em Zambrano consiste em *um ser que padece a sua própria transcendência*¹³, que está mais além do sítio onde julga que está. O homem precisa então de tempo para descobrir seu ser, para desenvolver seu argumento na história. Pessoa não se é uma vez, definitivamente; há que assumir essa tarefa, preocupar-se em conhecer-se a si mesmo, rejeitar ser um mero personagem. É exatamente isso que a democracia exige segundo o pensamento de Zambrano.

Pessoa e democracia são, considera Zambrano, palavras da mesma constelação, as suas órbitas não apenas se conjugam, mas vitalizam-se mutuamente. Ser pessoa implica perceber que *somos necessariamente livres*, ou seja, que temos de assumir a responsabilidade pelas escolhas feitas e envolver-nos no que fazemos porque da nossa vida se trata. A democracia, por seu lado, permite criar espaço para a esperança, para o desenvolvimento da pessoa e, por outro lado, precisa que as pessoas a atualizem constantemente.

Por outro lado, não é possível escolher-se a si próprio sem escolher ao mesmo tempo todos os outros, não havendo, portanto, perigo de discriminação no desenvolvimento da pessoa. Do seu núcleo faz

11. *Ibid.*, p. 31.

12. *Ibid.*, p. 133.

13. Cf. M. Zambrano, *El sueño creador*, Madrid, Turner, 1986, p. 53.

14. Para aprofundar sobre este tema veja-se: Zambrano, M., *Para una historia de la piedad*, Málaga, Torre de las Palomas, 1989.

15. *Persona y democracia*, ed. cit., p. 23.

16. *Ibid.*, p. 24.

17. *Ibid.*, p. 25.

18. Zambrano, M., *Senderos*, Barcelona, Anthropos, 1986, p. 30.

parte a piedade, esse modo de intelecção¹⁴ preparado para lidar com tudo o que é radicalmente outro, de maneira apropriada, sem desprezo ou distanciamento.

O regime democrático, pelo seu respeito pelas diferenças, a admissão de espaços de solidão e intimidade, a esperançosa abertura ao futuro e a possibilidade de coexistência de diversas formas-tempo simultaneamente é, no entender de Zambrano, o ambiente propício para o desenvolvimento da pessoa.

Tal como nas obras sobre o sonho já acima referidas, em *Persona y democracia* a filósofa socorre-se de parâmetros e metáforas musicais que empregará com perícia ao longo da sua análise. O primeiro deles é, desde logo, o ritmo:

En el modo de moverse de las multitudes, un observador avisado podría sorprender la situación social de un país. Por el ritmo o la falta de ritmo, por el modo de mover los pies, de dejarse espacio o de aglomerarse.¹⁵

Na mesma esteira de raciocínio reforça-se esta ideia um pouco mais adiante:

Y a un régimen político se le puede juzgar por el ritmo que imprime a todo el pueblo.¹⁶

Estas ferramentas musicais vão ser experimentadas pela própria filósofa. É de um *saber de experiência* que a sua reflexão provém. O seu pensamento está enraizado na vida, comprometido com a vida. É neste sentido que podemos afirmar que a sua *razão poética* é também uma razão política no sentido etimológico da palavra: cidadãos que se interessam pelos assuntos públicos, pelo estado da nação e que nela intervêm. Este sentido de responsabilidade política, este compromisso social nascem da consideração da ética não como uma ideia abstrata, mas sim como um envolvimento nas circunstâncias da vida. Precisamente, a filósofa afirma ser o núcleo do seu livro *Persona y democracia*:

[...] la persecución de una ética de la historia o de una historia en modo ético.¹⁷

A conjuntura histórica era aversa ao intelectual de gabinete. Num texto intitulado *Os Intelectuais no drama de Espanha*, a filósofa afirma:

Y si algo hoy se nos hace claro, con claridad hecha de dolor, es que la inteligencia no funciona incondicionalmente, sino que es sobre unas circunstancias sociales, políticas y económicas, como se mueve.¹⁸

Num artigo publicado no *El Liberal* em 1928 encontramos expressa com veemência esta mesma ideia, da qual se extraem necessidades concretas de atuação:

[...] é preciso substituir a velha imagem do intelectual solitário obcecado por conhecer a verdade e nada mais, pela de um intelectual ativo e mergulhado nos problemas. [...] Neste sentido é nosso dever — de homens e de mulheres — fazer política.¹⁹

Vivendo de forma coerente com o seu pensamento, Zambrano envolve-se desde muito cedo na causa pública, isto é, política. Adere à FUE (Federación Universitaria Española) em 1928. No mesmo ano começam as suas colaborações na seção “Aire Libre” do jornal madrileno *El Liberal* e é membro fundador da Liga de Educación Social de que será vogal. Dificilmente se poderiam enumerar aqui tantas e tão diferentes atividades que mobilizaram a sociedade de então, mas destaque-se ainda a publicação *El Mono Azul*, onde a par de emoções e esperanças se transmitia também informação técnica como, por exemplo, gráficos que explicavam como proteger-se dos ataques aéreos. Em 1936 surge em Madrid a Alianza de Intelectuales Antifascistas, semelhante à de Paris, nascida no intuito de se envolver e colmatar as necessidades mais prementes da sociedade:

[...] no era posible permanecer apartados, separados de problemas tan hondos e inmediatos. [...] dos anhelos nos movían a los que nos congregamos en aquellas primeras reuniones: unirnos en una comunicación más constante, más consistente que el de unas simples conversaciones y encontrar el camino de un acercamiento a este afán vivo que percibíamos en el pueblo.²⁰

Desta *Alianza* surgiram vários projetos tais como a Universidade Popular, a organização de bibliotecas, palestras e leituras poéticas em quartéis e hospitais, etc. Alguns dos seus membros chegaram a integrar voluntariamente o nascente Ejército Popular, outros visitavam regularmente as frentes de combate realizando um trabalho duplo de propaganda e informação, pois publicavam crónicas sobre o que ali se passava.

Não é de estranhar, portanto, que deste envolvimento profundo na causa pública surja o seu primeiro livro, intitulado *Horizonte del liberalismo* e publicado em 1930. Nele se afirma que a ética, a política e a religião têm como origem comum o não conformismo²¹. Não conformismo perante aquilo que se é, perante a realidade que se apresenta, alimentada por aquilo que deveria ser. A diferença que a filósofa estabelece entre estas três vias é a de que a ética e a religião podem ser vividas individualmente, mas a esfera política só ganha sentido na sociedade. Por outro lado, afirma a pensadora, a política não poderia exercer-se sem a história pois carecer-se-ia de contexto. A história permite a visão do passado e funciona como um antídoto

19. Zambrano, M., “Sentimos los jóvenes”, *El Liberal*, 5 de julho de 1928. Zambrano critica veementemente o “intelectual típico”, aquele que despreza a massa, o povo, impotente para comunicar-se com ele. Num texto de 1936 torna-se ainda mais incisiva. «(...) su pertenencia a la burguesía, que le apartaba de los problemas vivos y verdaderos del pueblo y le encerraba dentro de un círculo restringido y limitado de preocupaciones, cada vez más indirectas y alejadas de la realidad, cada vez más para “minorías”, previamente escogidas, donde no era posible ningún avance efectivo. Encerrados en esta tela de araña, su afán de libertad tenía que resultar falso, candorosamente falso en su comienzo y alevosamente hipócrita al correr el tiempo.» Zambrano, M., “La libertad del intelectual”, *El Mono Azul*, Madrid, 10 de septiembre, 1936.

20. Zambrano, M., “La alianza de intelectuales antifascistas” en *Tierra Firme*, nº 4, 1937, p. 610.

21. Cf. Zambrano, M., *Horizonte del liberalismo*, Madrid, Morata, 1996, p. 203.

22. *Persona y democracia*, ed. cit., p. 23.

23. *Ibid.*, p. 34.

24. Díaz del Real mostra como a ideia de sacrifício na história está presente em vários outros autores: “Uno de sus aportes fundamentales consiste en la idea de que dicha historia ha conseguido sacrificar a los pueblos e individuos que los mismos despotismos racionalistas habían pretendido redimir, teoría esta muy cercana a la de la influyente *Dialektik der Aufklärung*, publicada en Amsterdam por Theodor Adorno y Max Horkheimer no mucho antes, en 1947.” Díaz del Real, A., “Metáfora en *Persona y democracia* de María Zambrano”, en *Colindancias: Revista de la Red Regional de Hispanistas de Hungría, Rumanía y Serbia* (2013) 4, p. 261.

para o esquecimento. A política tem o peso no futuro, leva em si uma conceção da vida, uma ânsia de ser, de realização.

A história é o tempo transformado em passado, mas num passado que fica, porque se desaparecesse completamente também a história se desvaneceria. Porém, este passado não pode assumir um papel tão forte que impeça a constituição de uma abertura para o futuro. Zambrano alerta-nos para a necessidade de um equilíbrio entre este passado que fica e a abertura ao tempo futuro. Quando um deles predomina, as consequências podem ser desastrosas.

Es necesario sostener nuestro pasado, pero sólo se consigue cuando se avanza hacia el futuro, cuando se vive con vistas a él, sin dejarnos tomar por su vértigo. Cuando en un equilibrio dinámico conseguimos unir pasado y futuro, en un presente vivo, como una ancha, honda pulsación. Pues siendo el tiempo nuestro medio vital por excelencia, habríamos de saberlo respirar como el aire.²²

A pulsação é a unidade rítmica primordial, pois é o latir do coração que serve de modelo a todas as restantes. De acordo com a filósofa apenas quando se consegue um equilíbrio dinâmico entre passado e futuro conseguimos viver de uma forma saudável, com uma pulsação em que um presente vivo se alarga esperançadoramente. O ser humano está sempre a antecipar, facto em virtude do qual o seu tempo principal é o tempo futuro. Mas o futuro tem de se sentir aberto para que se possa caminhar rumo a ele. Ora um futuro aberto é um outro modo de dizer esperança. Por isso mesmo:

La historia, toda ella podría titularse historia de una esperanza en búsqueda de su argumento.²³

Contudo, existem regimes políticos que são verdadeiros inibidores da esperança. As suas estruturas sociais e económicas não deixam qualquer margem, qualquer abertura ao porvir. Por outro lado, o ser humano atua sempre um pouco às cegas. O conhecimento de que se necessita só se obtém padecendo, atuando. Precisamente isto constitui, segundo Zambrano, a tragicidade, o sacrifício²⁴ que a história implica: que o ser humano tenha de atuar sem saber, pois as circunstâncias económicas, políticas e sociais a isso o obrigam. Existe ainda um segundo aspeto desta tragédia que é a diferença entre o tempo da vida humana individual e o tempo histórico. Este último dura bem mais que o de uma vida humana, por vezes dura várias gerações. Esta descontinuidade suscita o perigo de, por exemplo, as gerações passadas, desatualizadas, se eternizarem no poder ou, pelo contrário, que o desaparecimento de uma geração produza uma catástrofe por não haver outra para a substituir. Esta catástrofe resulta de uma *dessincronização* de base. A solução seria a da *harmónização dos tempos* que tão difícil é de alcançar. — Reparemos como, de novo, María Zambrano se socorre de conceitos musicais para expressar o que quer dizer.

Por vezes, um povo vive dominado pela sombra do seu passado, que não deixa de pesar por mais glorioso que seja. Tal é o enquadramento histórico de María Zambrano numa Espanha abatida devido à perda das colónias e dos seus importantes mercados, tais como o de Cuba ou das Filipinas. Torna-se muito difícil para os jovens a quem se tinha inculcado uma mentalidade de glorioso império enfrentarem-se com a nova e dura realidade. Por este motivo, este foi um momento de reflexão fervente devido à necessidade que Espanha sentia de se entender e explicar a si própria. Era premente uma regeneração nacional que só se logra unindo esforços. Porém, as divisões acentuavam-se. Zambrano agrupa as diferentes políticas em duas principais vertentes opostas: os tradicionalistas e os revolucionários.

Ellos, los así llamados tradicionalistas, se ponían en la trágica y cómica situación de únicos herederos de esta huella de España en el mundo y los únicos sabedores de su sentido, bien simple y pobretón por cierto, según su exégesis. Ellos eran España y toda su obra en el pasado. Y como esta obra había alcanzado tan grandes magnitudes, no había ya que pensar en realizar otras en el porvenir. El futuro era simplemente un cartelón que, al par de ‘tapar la calle para que no pase nadie’, era la pantalla grotesca donde se proyectaban deformadas, como de pesadilla, las figuras del glorioso y lejano pasado, no tal cual era, sino tal cual salían de la pobrísima imaginación de estos herederos de la tradición. [...] Y así nos hicieran un pasado de pesadilla, que pesaba sobre cada español aplastándole, inutilizándole, haciéndole vivir en perpetuo terror.²⁵

Do outro lado estavam os revolucionários que se rebelavam contra o que diziam ser *fantasmas históricos*. Simplesmente, no seu ardor, estes revolucionários caíram no extremo de confundir os fantasmas da história com a história propriamente dita tentando desfazer-se de ambas.

Para compreender bem estas vertentes antagónicas, Zambrano socorre-se de dois outros saberes de princípios igualmente opostos: a arquitetura (espacial) e a música (temporal).

Afirma a filósofa que a política conservadora se caracteriza por possuir concepções estáticas, sejam elas de cariz racional, religioso ou qualquer outro. Estas concepções partem do suposto de que estão descobertos de uma vez e para sempre os princípios do mundo e da sociedade. Crença que leva a um modo de atuação no qual se tenta a todo o custo preservar e defender o que existe em detrimento de qualquer novidade. Se já se conhecem os princípios fundamentais e imutáveis, defende-se o estatismo, pois todo o novo implicará uma degeneração. — A política conservadora assume uma estrutura arquitetural.

Opostamente, a política revolucionária assume uma crença positiva na vida, no seu fluir, de tal forma que não supõe aplicação apriorísti-

25. Zambrano, M., “El español y su tradición”, *Hora de España*, Valencia, Tomo I, nº I-V, enero-mayo, 1937, p. 264.

26. *Horizonte del liberalismo*, ed. cit., p. 226

27. Laura García Portela num estudo sobre este tema sob um ponto de vista pedagógico diz-nos o seguinte: “La educación de la sensibilidad conecta también con la necesidad de crear un orden social cercano, como decía antes, al orden musical, donde se potencie la creatividad, y donde todos cuenten. En definitiva, la reivindicación que subyace a esta apología de la sensibilidad es, como cabría esperar, la defensa del modelo de la Razón Poética como forma de acercamiento a la realidad.” García Portela, L., “María Zambrano: Educación para la democracia.” en *Bajo Palabra. Revista de Filosofía II* Época, nº 9 (2014), p. 162.

28. *Persona y democracia*, ed. cit., p. 163.

ca de fórmulas supostamente definitivas. A principal característica da política revolucionária é a de que conta com o tempo —tal como a música é uma arte do tempo—, conta com a renovação e a modificação da realidade, não só admite como estimula a mudança.

Enquanto que o conservador possui uma fé absoluta na razão, o revolucionário acredita que a vida se sobrepõe a qualquer conceção racional porque a sua grandeza é inabarcável. Diz-nos Zambrano que a razão, por mais que se esforce, jamais conseguirá captar a totalidade da vida. Há que captar o fluir da realidade em vez de ficar aferrado à suposta perenidade das ideias. Prescindindo de dogmas, o político revolucionário admite a mudança constante, consequência do fluir do tempo. Poderíamos dizer que o político revolucionário se rege por um *logos* musical. Por este motivo, prefere a intuição à razão:

Con ella [intuición] se sabrá dar cuenta de la palpitación del tiempo, de las exigencias y cambios que cada hora trae consigo, de los diferentes problemas con micrométrica exactitud, con acelerada rapidez.²⁶

Por todo o exposto, María Zambrano afirma que a sociedade realmente democrática está muito mais próxima da música²⁷ do que da arquitetura:

Pues no hay razón para que la imagen [de la realidad] sea la de un edificio más que la de una sinfonía. El motivo de que para la mayoría de las gentes sea así puede ser quizá que el edificio está ahí de una vez por todas... mientras dure. Y la sinfonía hemos de escucharla, actualizarla de cada vez; hemos de rehacerla en un cierto modo, o sostener su hacerse: es una unidad, un orden que se hace ante nosotros y en nosotros. Nos exige participación. Hemos de entrar en él para recibirlo.²⁸

A sociedade democrática deve ser criada por todos, está em constante movimento, movimento que não se torna presente se não entramos nele. Tal como uma sinfonia, temos de a ouvir, temos de a refazer dentro nós, atualizá-la. Assim como a música exige participação, temos de nos envolver na sociedade democrática para a receber. Essa participação tem de ser uma participação autêntica, não mascarada, i. e., temos que ser nós próprios, agir como pessoas, não como meros personagens. Tal como na música, a ordem não é fixa mas antes fluida, vivente — e não há razão para que a fluidez seja confundida com caos —, a ordem democrática assenta na igualdade, mas não na uniformidade. Trata-se de uma sociedade que aceita e promove as diferenças resultantes da riqueza da complexidade humana, e está ancorada na fé do imprevisível. O *logos* musical surge assim não apenas como o modo percetivo adequado, mas também vivencial de uma sociedade verdadeiramente democrática.